REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DE ESTADO E DA PRESIDÊNCIA

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o
Secretário de Estado dos Assuntos
Parlamentares
Palácio de São Bento (AR),
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Nº: 1154	30/03/2021	**Nº:** 387/MPCM/2021	09/06/2021

ASSUNTO: Pergunta n.º 1695/XIV/2.ª, do BE, de 30 de março de 2021

- Implementação dos Planos Municipais para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais

Encarrega-me Sua Excelência a Ministra de Estado e da Presidência de enviar a V. Exa. a resposta à pergunta, melhor identificada em epígrafe, dirigida a este Membro do Governo.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Miguel Rodrigues Cabrita

Anexo: o referido

Gabinete da Ministra de Estado e da Presidência
Rua Prof. Gomes Teixeira, 2 8.º 1399-022 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 213 927 600 **EMAIL** gabinete.mpcm@mpcm.gov.pt **www.portugal.gov.pt**

Pergunta n.º 1695/XIV/2.ª de 30 de março de 2021

Grupo Parlamentar do BE

- Implementação dos Planos Municipais para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais

---

Em resposta às questões colocadas a respeito do assunto em referência, a área da Presidência tem a esclarecer o seguinte:

O papel dos municípios é absolutamente indiscutível na promoção de políticas públicas locais para a igualdade, enquanto agentes de desenvolvimento e interlocutores privilegiados para a concretização de ações e medidas que permitem a territorialização, a identificação e a apropriação dos objetivos da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 (ENIND), que integra o 1º Plano Nacional de Ação de Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género e Características Sexuais (PAOIEC). Neste sentido, o Governo procedeu a um conjunto de alterações e melhorias com vista ao reforço da territorialização quer das políticas de igualdade no geral, quer, em particular, nos domínios do PAOIEC.

O anterior modelo de cooperação entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e os municípios não integrava a área dos direitos e políticas LGBTI, pelo que em 2018 o então Governo promoveu o desenvolvimento de um novo modelo de protocolo, designado de "nova geração", que integra e sistematiza todas as áreas de intervenção das políticas de igualdade presentes na ENIND, incluindo as referentes às matérias do âmbito da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais. Desde 2018, foram assinados 180 protocolos de nova geração, um valor muito superior ao que se verificava anteriormente, sendo que ao abrigo destes a CIG tem reforçado a formação às equipas das autarquias locais, designadamente nas temáticas da LGBTI.

Em termos de financiamento para planos municipais para a igualdade, este não se encontrava previsto nos Regulamentos e Avisos do PT2020, pelo que o Governo procurou proceder à reformulação dos mesmos e a pedidos de autorização para integrar esta possibilidade. Isto permitiu abrir três avisos (POISE, POR LISBOA e Algarve) no valor total de 4.194.750,00€. Atendendo ao desempenho na execução e acompanhamento das candidaturas por parte da CIG, enquanto organismo intermédio, foi possível aprovar uma dotação suplementar à colocada em concurso, no valor de 1.810.436,72€. Assim, foi já possível aprovar 179 planos

Gabinete da Ministra de Estado e da Presidência
Rua Prof. Gomes Teixeira, 2 8.º 1399-022 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 213 927 600 **EMAIL** gabinete.mpcm@mpcm.gov.pt **www.portugal.gov.pt**

municipais para a igualdade a nível nacional, com um montante total de cerca de 6.000.000,00€.

A CIG encontra-se atualmente a desenvolver um sistema de acompanhamento e informação que permite a monitorização do trabalho dos municípios, prestando apoio técnico à execução dos protocolos, inclusivamente no domínio da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais. No âmbito desta monitorização periódica, são recolhidos indicadores junto dos municípios, nomeadamente:

- Ações de formação em igualdade e não discriminação que incluam o combate à discriminação em razão do sexo, orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais;
- Projetos e ações de formação, informação e sensibilização às populações para a igualdade e a não discriminação que incluam a vertente do combate à discriminação em razão do sexo, orientação sexual, identidade e expressão de género.

Importa sublinhar a importância desta atuação coordenada e complementar entre Governo, Administração Central e Local, e a sociedade civil, que tem sido absolutamente fundamental para avanços substanciais e duradouros. No quadro desta articulação, os municípios de Matosinhos e de Lisboa disponibilizaram recentemente apartamentos para a autonomização de pessoas LGBTI – Casa com Cor e Apartamento Reajo, respetivamente – resultantes de uma parceria com organizações da sociedade civil, Casa Qui e Plano i, responsáveis pelas respostas especializadas para pessoas LGBTI já existentes no terreno para vítimas de violência doméstica e de violência de género. Por outro lado, destaca-se ainda o financiamento de projetos no âmbito do POISE, como por exemplo o Projeto "Centro Fora do Armário", da ILGA Portugal, iniciado em maio deste ano e que prevê a capacitação das comunidades intermunicipais para as questões no âmbito da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais, atenuando lacunas de articulação existentes e criando uma rede de trabalho para acompanhamento e articulação com supervisão técnica.

Numa outra dimensão, tem-se apostado no reforço da territorialização pela via do apoio às organizações da sociedade civil e coletivos. Exemplo disso, foi a estratégia estabelecida este ano para sinalizar o Dia Internacional contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia, onde a através da promoção do *webinar* "Experiências e boas práticas na intervenção LGBTI", organizado pela CIG, propiciou-se a participação de grupos e coletivos de base local, com o objetivo de dar visibilidade à intervenção nos diversos territórios, em particular do interior e ilhas, e criar pontes e parcerias entre organizações e entidades. As autarquias foram ainda desafiadas a assinalarem este dia nos seus territórios, através de iniciativas e atividades locais que pudessem sensibilizar as populações para a importância do combate à discriminação.

Gabinete da Ministra de Estado e da Presidência
Rua Prof. Gomes Teixeira, 2 8.º 1399-022 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 213 927 600 **EMAIL** gabinete.mpcm@mpcm.gov.pt **www.portugal.gov.pt**